Sumário

Apresentação, vii

1 **Introdução, 1**

2 **Os Princípios Constitucionais da Efetividade, 3**

2.1 O tempo razoável de duração do processo, 3

2.2 O idoso e o doente na concepção jurisdicional, 5

2.3 Dever do Estado, direito da parte, 7

2.4 O artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, 9

2.5 Processos administrativos e judiciais, 12

3 **O Estatuto do Idoso e a Prioridade da Causa, 16**

3.1 O significado da Lei nº 8.842/94, 16

3.2 O estímulo à consolidação do direito do idoso, 18

3.3 Os direitos da pessoa idosa e o processo, 19

3.4 Tutela individual e coletiva em relação aos idosos, 21

3.5 A finalidade da prestação jurisdicional efetiva, 25

4 **Predicados da Concessão do Benefício, 29**

4.1 O significado da prioridade na tramitação processual, 29

4.2 O procedimento e seus requisitos legais, 30

4.3 Os beneficiários e a interpretação da norma, 31

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.4 A prioridade ampla e seus reflexos, 32
4.5 A tramitação no processo eletrônico, 33

5 Do Requerimento à Concessão do Benefício, 35
5.1 Da parte ou terceiro interessado, 35
5.2 A efetiva duração do processo e o aspecto da prioridade, 37
5.3 A dinâmica da prioridade e seu aspecto jurisprudencial, 39
5.4 A cessão da posição processual, 40
5.5 A cessão do crédito, 42

6 A Tramitação Prioritária e sua Efetividade, 44
6.1 A celeridade processual e sua instrumentalidade, 44
6.2 Identificação do procedimento e seu acompanhamento, 47
6.3 Tramitação diferenciada e solução instrumental, 50
6.4 A prioridade no julgamento dos recursos, 53
6.5 O princípio da economia processual e a tramitação prioritária, 54

7 A Prioridade: Solução e suas Consequências, 57
7.1 O monitoramento processual prioritário, 57
7.2 A natureza do benefício e sua individualidade, 59
7.3 A prioridade como problema jurisdicional, 61
7.4 Congestionamento e vantagens do benefício, 64
7.5 Renúncia ao benefício e sua validade, 67

8 Considerações Finais, 71

9 Anexos (Lei nº 10.741/2003 e Lei nº 12.008/2009), 75

Jurisprudência, 107

Bibliografia, 115

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br